



Simulado de Reta Final - I

OAB



PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-01-05>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Priscila Ferreira

Questão 1

Considere que Gil do Vigor é gerente do Banco Milionários S.A.; Projota é Prefeito de Teresina (PI), sendo o mais votado na história do Município; Fiuk é policial militar no Rio de Janeiro. Os três são advogados e pretendem praticar atividades privativas de advocacia.

Considerando as incompatibilidades e impedimentos ao exercício da advocacia, assinale a opção correta.

- a) Não há impedimentos ou incompatibilidades para que Gil do Vigor continue na gerência no Banco Milionários S.A. e ainda continue advogando.
- b) Fiuk, como PM, ou seja, servidor público, pode advogar, apenas estando impedido de exercer a advocacia contra o Estado.
- c) Gil do Vigor, Projota e Fiuk, de acordo com o Estatuto da Advocacia, exercem funções incompatíveis com a advocacia.
- d) Não há impedimento para que Projota atue como advogado, uma vez que ser chefe do Poder Executivo Municipal não é considerado atividade incompatível com a advocacia. Seria caso de incompatibilidade se Projota fosse chefe do Poder Executivo Federal, apenas.

Questão 2

Clodoaldo, advogado com 30 anos de experiência, apresentou determinado requerimento à OAB, e teve o seu pleito indeferido pelo Presidente da Seccional.

Nos termos do Estatuto da Advocacia, cabe recurso ao

- a) Conselho Seccional da OAB.
- b) Conselho Federal da OAB.
- c) Presidente do Conselho Federal da OAB.
- d) Presidente do Tribunal de Ética da OAB.

Questão 3

Priscila, advogada na área Trabalhista, aproveita o feriado e viaja com a família para a Disney. Durante esse período, instalou-se uma situação que demandaria a tomada de medidas judiciais urgentes e inadiáveis por parte de Priscila em determinado processo trabalhista.

O cliente de Priscila, Sr. Pedrinho, procurou outro advogado, Dr. Milton, para que a medida judicial urgente e necessária fosse realizada. Por tal razão, o advogado tentou contato com Priscila para informar de sua atuação na causa, mas não obteve êxito.

Neste caso, de acordo com o EAOAB, assinale a alternativa correta.

- a) Dr. Milton não deveria aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, salvo por motivo plenamente justificável ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.
- b) Dr. Milton poderia ter atuado na causa, ainda que não houvesse providência urgente e inadiável a ser realizada.
- c) Dr. Milton não poderia ter atuado na causa, pois o advogado não pode aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído.
- d) Dr. Milton não poderia atuar na causa e, neste caso, sofrerá a sanção de censura, que pode ser convertida em advertência, em ofício reservado.

Questão 4

Em 23/2/2021, Chico Bento, advogado, notificou pessoalmente seu cliente da renúncia ao mandato outorgado nos autos de uma ação cível, pelo rito ordinário, ajuizada pela União. O Diário de Justiça de 25/2/2021 publicou a intimação para que as partes especificassem provas que desejavam produzir.

Considerando a situação hipotética acima e o que dispõe o Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta.

- a) Chico Bento deverá apresentar petição de especificação de provas na hipótese de seu cliente não ter constituído novo advogado nos autos.
- b) Chico Bento deverá comunicar ao seu cliente da publicação da intimação para que ele providencie outro advogado para cumpri-la.
- c) O juiz deve reabrir o prazo para especificação de provas porque uma das partes estava sem advogado nos autos.
- d) O cliente pode se dirigir diretamente ao juiz e informar as provas que pretende produzir, juntando aos autos a notificação de renúncia de seu advogado.

Questão 5

André Daniel, advogado e recém-formado, objetiva melhor conhecer os seus direitos e prerrogativas, e opta por lhe consultar a fim de entender os pormenores envolvidos no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB).

Diante de tal situação, assinale a alternativa correta acerca dos direitos do advogado:

- a) Trata-se de um direito do advogado a comunicação com seus clientes, pessoal e reservadamente, caso possua procuração, e estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.
- b) É direito do advogado examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, quando não conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.
- c) Refere-se a um direito do advogado, o ingresso livre em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais.
- d) É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB.

Questão 6

O advogado Zelão celebrou contrato de honorários com o seu novo cliente, Daniboy, para atuar em uma ação na esfera Cível.

No que tange aos honorários contratuais, pactuou-se que, em caso de êxito, o advogado teria direito a 70% do que fosse recebido pelo cliente.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O advogado violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, segundo o qual os honorários profissionais devem ser fixados com moderação.
- b) O advogado não cometeu infração disciplinar, pois os honorários podem ser cobrados em conformidade a complexidade da causa.
- c) O advogado não cometeu infração disciplinar, uma vez que tendo celebrado contrato de honorários, ele pode cobrar de seu cliente o valor que entender compatível com o trabalho desenvolvido.
- d) O advogado violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, já que se veda a cobrança de honorários profissionais com base no valor do êxito da ação.

Questão 7

Zeca, advogado, possui inscrição principal no Rio de Janeiro, onde se situa o seu domicílio profissional. Contudo, em situação excepcionalíssima, o advogado foi defender um cliente no Estado de Amapá, quando cometeu uma infração disciplinar, ensejando a devida instauração do processo disciplinar perante a OAB do local.

Inconformado com a situação, o advogado solicitou a transferência do processo para a sua seccional, mais precisamente no seu domicílio profissional, Rio de Janeiro.

Diante dos fatos e da atitude do advogado, assinale a alternativa correta.

- a) O processo não poderia ter sido instaurado em local diverso da inscrição principal do advogado, com exceção de sua concordância expressa.
- b) O advogado agiu de forma equivocada, já que o poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, com exceção das faltas cometidas perante o Conselho Federal.
- c) O advogado agiu de forma equivocada, uma vez que o poder de punir disciplinarmente o advogado seria do Conselho Federal, especialmente pela infração ter ocorrido fora do domicílio profissional do advogado.
- d) O advogado agiu de forma acertada, já que o poder de punir disciplinarmente o advogado compete à seccional do Rio de Janeiro, local de sua inscrição principal.

Questão 8

Júnior Lima, advogado, pratica um crime tido como inafiançável no exercício de sua profissão. Nesta situação, o advogado foi preso em flagrante pelas autoridades competentes, e imediatamente comunicou-se à OAB para encaminhamento de um representante.

Diante das regras do EAOAB, assinale a alternativa correta.

- a) A prisão do advogado, em flagrante, independe da presença de representante da OAB, quando por motivo ligado ao exercício da advocacia.
- b) A prisão do advogado, em flagrante, independe da comunicação à OAB, quando por motivo ligado ao exercício da advocacia.
- c) A prisão do advogado, em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, exige a presença de representante da OAB, sob pena de nulidade.
- d) O advogado não pode ser preso em flagrante, salvo se houver autorização expressa da OAB.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

“Pode dizer-se não que há tantos pareceres como homens, mas tantos como associações. [...] É portanto essencial, se a vontade geral pode exprimir-se, que não haja sociedades parciais dentro do Estado” (Jean-Jacques Rousseau. Do contrato social).

Quanto aos conceitos de sociedade, povo e “vontade geral” na obra em apreço, elementos fundamentais do regime democrático, é CORRETO afirmar:

- a) A “vontade geral” se exprime pela vontade do corpo político, intérprete da vontade do povo.
- b) A sociedade civil deve ser entendida como um conjunto de indivíduos organizados.
- c) A existência de “associações subordinadas” não interfere na expressão da vontade geral.
- d) A vontade geral é a soma das vontades individuais e dos grupos sociais, prevalecendo a vontade da maioria como expressão do regime democrático.

Questão 10

Segundo o artigo 1.521 do Código Civil, “Não podem casar: [...] IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o *terceiro grau inclusive*”. Porém, o artigo 2º do Decreto nº 3.200/1941, estabelece que “os *colaterais do terceiro grau*, que pretendam casar-se, ou seus representantes legais, se forem menores, requererão ao juiz competente para a habilitação que nomeie dois médicos de reconhecida capacidade, isentos de suspensão, para examiná-los e atestar-lhes a sanidade, afirmando não haver inconveniente, sob o ponto de vista da sanidade, afirmando não haver inconveniente, sob o ponto de vista da saúde de qualquer deles e da prole, na realização do matrimônio”.

Para que seja admitido o casamento entre tios e sobrinhos, qual critério de resolução de antinomias pode ser utilizado:

- a) Cronologia.
- b) Especialidade.
- c) Hierarquia.
- d) Subsunção.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

O francês Alison e a alemã Mia são casados e residiram, por alguns anos, em território brasileiro. Durante esse período, nasceu, em território nacional, José, o filho deles. Nessa situação hipotética, de acordo com a CF, José será considerado brasileiro:

- a) naturalizado, não podendo vir a ser ministro de Estado da Justiça.
- b) nato e poderá vir a ser ministro de Estado da Defesa.
- c) nato, mas não poderá vir a ser presidente do Senado Federal.
- d) naturalizado, não podendo vir a ser presidente da Câmara dos Deputados.

Questão 12

Rosenval sequestrou o Diego há dois meses e o mantém em cárcere privado durante todo esse tempo. A Priscila é vizinha do Rosenval e, durante a noite do dia 13 de junho, ouviu o Diego gritando, pedindo ajuda. De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) como a casa é asilo inviolável do indivíduo, Priscila apenas nela poderá penetrar para prestar socorro, sem o consentimento de Rosenval, durante o dia.
- b) independentemente de ser caso de desastre, ou com o fim de prestar socorro, Priscila poderá penetrar na casa de Rosenval, sem seu consentimento, em qualquer horário.
- c) já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela poderá penetrar durante a noite sem consentimento do morador, ainda que em caso de flagrante delito.
- d) a casa é asilo inviolável do indivíduo, mas Priscila poderá penetrar na casa de Rosenval durante a noite e sem sua autorização expressa para prestar socorro a Diego.

Questão 13

Cristiano, Diretor de determinada Associação, propôs Ação Popular em face de uma autarquia federal a fim de suspender contratos em execução celebrados entre a autarquia e a empresa M, visto que os réus se organizaram de forma criminosa para fraudar contratos e procedimentos licitatórios.

- a) a petição inicial será indeferida, uma vez que as associações não têm legitimidade ativa para a propositura de Ação Popular.
- b) o autor deverá comprovar o dano material ao patrimônio público.
- c) qualquer cidadão poderá habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor.
- d) reconhecida a ilegitimidade ativa, o Ministério Público deverá dar continuidade à ação.

Questão 14

Ivana é servidora pública municipal, no exercício de cargo de provimento efetivo, e afastou-se do cargo para concorrer a mandato eletivo, tendo sido eleita. Segundo as normas constitucionais que regem a matéria, é correto afirmar que Ivana:

- a) se eleita para o mandato de Prefeita, será afastada do seu cargo, mas poderá optar pela sua remuneração.
- b) se eleita para o mandato de Vereadora, perderá as vantagens de seu cargo, mas sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- c) se for o caso de mandato eletivo federal, deverá pedir exoneração do cargo.
- d) poderá acumular as vantagens do seu cargo com a remuneração do cargo eletivo, em se tratando de mandato estadual ou municipal.

Questão 15

Letícia é uma adolescente de 16 anos, perdeu sua mãe aos 12 anos de idade e tem uma deficiência mental leve. Ela estuda em uma escola de educação especial. Pedro, seu pai, deseja matriculá-la gratuitamente, no período noturno, em uma instituição de ensino regular pública. De acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) não poderá efetuar a matrícula, uma vez que educação básica obrigatória e gratuita é oferecida dos cinco aos treze anos de idade.
- b) não poderá efetuar a matrícula, uma vez que a escola pública regular é proibida de oferecer ensino noturno.
- c) não poderá efetuar a matrícula, uma vez que o atendimento às pessoas com deficiência deve ser realizado preferencialmente nas escolas de educação especial.
- d) poderá efetuar a matrícula, uma vez que o atendimento aos portadores de deficiência deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino.

Questão 16

Carlos, servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de engenheiro de pesca, desejava realizar um novo concurso público, de modo a vir a ocupar dois cargos de provimento efetivo, caso houvesse compatibilidade de horários. À luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) Carlos não pode ocupar outro cargo de provimento efetivo.
- b) Carlos somente pode vir a ocupar um cargo de professor.
- c) Carlos somente pode vir a ocupar um cargo técnico.
- d) Carlos pode vir a ocupar um cargo de professor ou de técnico.

Questão 17

Pedro, servidor público, após preencher todos os requisitos exigidos para a aposentadoria, requereu o deferimento do benefício junto ao órgão competente. Instruiu o requerimento com todos os documentos exigidos pela legislação.

Porém, o requerimento foi indeferido. Diante do ocorrido, Pedro solicitou que seu advogado ingressasse com a ação constitucional cabível, de modo que pudesse obter o benefício. Com base no sistema jurídico-constitucional vigente, a ação cabível é:

- a) Habeas Data
- b) Direito de Petição
- c) Mandado de Segurança
- d) Mandado de Injunção

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº12.288/2010) surgiu como mecanismo de efetivar a inclusão da população negra na sociedade. Apesar disso, dados recentes revelam que os negros permanecem sendo maioria em atividades braçais como cultivo de mandioca (85,9%), serviços domésticos (64,7%) e construção civil (63,9%). Em contraponto, são minoria em áreas que exigem maior qualificação como informática (31%), arquitetura e engenharia (26,9%) e cargos de gestão comercial (23,6%). Considerando as disposições do Estatuto da Igualdade Racial, podemos afirmar:

- a) A discriminação racial ou étnico-racial refere-se a toda situação de distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada apenas em raça ou cor que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- b) No Brasil, considera-se população negra o conjunto de pessoas que assim são enquadradas conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- c) As ações afirmativas são programas e medidas especiais adotadas pelo Estado e também pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.
- d) Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas e privadas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.

Questão 19

Os reclusos de um determinado presídio organizaram uma rebelião e, para conseguir negociar com o Poder Público, fizeram vários agentes de reféns. Depois de horas de negociação, os agentes foram libertados e, em resposta ofensiva à atitude dos reclusos, um grupo de policiais invadiu o presídio e matou os líderes da rebelião. Diante da situação, um dos familiares procura você, como advogado, para que a situação ganhe destaque internacional e o Brasil seja imediatamente responsabilizado pelas mortes ocorridas. Considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) A situação narrada configura grave violação aos direitos humanos e, por isso, deverá ser julgada diretamente pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- b) Ainda que não tenham sido esgotados os recursos da jurisdição interna, nada impede que a Comissão Interamericana conheça da petição apresentada.
- c) Os familiares não detêm legitimidade para peticionar diretamente à Comissão ou à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- d) A Comissão Interamericana poderá conhecer do caso, ainda que não esgotados os recursos internos, se comprovada demora injustificada na decisão sobre os recursos da jurisdição interna.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Bruce, um importante vocalista de banda internacional, residente e domiciliado na cidade de Londres, mas com bens no Brasil e nos Estados Unidos, falece durante um show na cidade de Nova Déli, na Índia.

De acordo com os Elementos de Conexão no Direito Internacional Privado, temos que

- a) A sucessão de Bruce será regulada pela lei inglesa, já que lá domiciliado o defunto.
- b) A sucessão de Bruce será regulada exclusivamente pela lei brasileira, já que possui bens em território brasileiro.
- c) A sucessão de Bruce será regulada exclusivamente pela lei indiana, já que lá aconteceu o falecimento.
- d) A lei do domicílio de Bruce regula a capacidade para suceder

Questão 21

Carmen, brasileira nata que possuía Green Card, mas adquiriu voluntariamente a nacionalidade americana, fuge para o Brasil após ser acusada de matar o seu marido nos Estados Unidos.

Sobre a Extradição de Carmen:

- a) Brasileira, titular de *green card*, que adquire nacionalidade norte-americana, perde a nacionalidade brasileira e pode ser extraditada pelo Brasil.
- b) Carmen é brasileira nata e não pode perder sua nacionalidade.
- c) Carmen não pode ser extraditada mesmo perdendo sua nacionalidade brasileira, por ser brasileira nata.
- d) O Brasil não extradita criminosos para os Estados Unidos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins**Questão 22**

A pessoa jurídica ABC Ltda. foi notificada acerca de um AIIM - Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado em razão da utilização indevida de créditos de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Por não concordar com a autuação ela apresentou, no prazo legal, a impugnação administrativa cabível, que ainda se encontra pendente de análise e decisão pelo órgão competente. Porém, como ela participará de uma licitação, precisará de certidão de regularidade fiscal. Na hipótese, considerando que a contribuinte não possui outros débitos perante a Fazenda Pública autuante, assinale a afirmativa correta:

- a) A impugnação ao Auto de Infração impede a emissão da certidão de regularidade fiscal se estiver desacompanhada do pagamento do débito.
- b) Ela poderá participar da licitação somente após a análise e decisão da impugnação administrativa.
- c) A impugnação tempestiva ao Auto de Infração suspende a exigibilidade do crédito e permite a emissão da certidão de regularidade fiscal.
- d) A impugnação tempestiva ao Auto de Infração impede a emissão da certidão de regularidade fiscal se estiver desacompanhada do depósito do montante integral do débito.

Questão 23

Atendendo recomendação do Ministro da Economia e com o objetivo de preservar os interesses da indústria nacional, o Presidente da República publicou Decreto majorando a alíquota do II - Imposto de Importação sobre veículos automotores, de 25% para 50%, obedecendo aos limites estipulado em lei. Com base nessa hipótese, assinale a alternativa correta sobre a majoração das alíquotas do II - Imposto de Importação:

- a) Deve ser promovida por meio lei ordinária.
- b) Deve observar o princípio da irretroatividade.
- c) Deve observar o princípio da anterioridade anual ou de exercício.
- d) Deve observar o princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena.

Questão 24

Diante da rápida elevação dos gastos e sem qualquer orçamento para custear as despesas adicionais com a saúde pública, o Presidente da República instituiu Empréstimo Compulsório por meio de Medida Provisória para atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública declarada, ocasionada pela pandemia da Covid-19. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta sobre o Empréstimo Compulsório:

- a) Não pode ser instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
- b) Pode ser instituído por meio de lei comum.
- c) Pode ser instituído somente pelos Estados-membros.
- d) Não pode ser instituído por meio de Medida Provisória.

Questão 25

Determinado contribuinte praticou o fato gerador do ISS - Imposto sobre Serviços em 24 de maio de 2015, deixando de declarar e de recolher o imposto devido. Após o encerramento do procedimento de fiscalização a que foi submetido, em 10 de janeiro de 2017, o contribuinte foi notificado do AIIM - Auto de Infração e Imposição de Multa em 15 de fevereiro de 2017. Como o débito não foi pago e não houve suspensão da sua exigibilidade, houve a respectiva inscrição em Dívida Ativa em 02 de agosto de 2018. A execução fiscal foi ajuizada em 10 de outubro de 2019 e a citação do contribuinte, agora executado, ocorreu em 05 de fevereiro de 2020. Considerando que o contribuinte devedor alienou todos os seus bens sem reservar montante suficiente para o pagamento do tributo devido, assinale a alternativa que indica o marco temporal, segundo o CTN, caracterizador da fraude à execução fiscal, em termos de data de alienação:

- a) 10 de janeiro de 2017.
- b) 02 de agosto de 2018.
- c) 10 de outubro de 2019.
- d) 05 de fevereiro de 2020.

Questão 26

Maria e Joana são irmãs e coproprietárias de um imóvel localizado na área urbana do Município. Como tal, são contribuintes obrigadas solidariamente ao pagamento do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e da Taxa de Coleta de Lixo lançada conjuntamente com o imposto. Ocorre que foi publicada uma lei que isenta os aposentados pensionistas do INSS do pagamento do IPTU, sendo este o caso de Joana. Com base nessa hipótese, assinale a afirmativa correta:

- a) A isenção não exonera Maria, que permanece obrigada a pagar o saldo remanescente do imposto, descontada a fração isenta em favor de Joana.
- b) Como o débito é único, Maria ficará totalmente exonerado do pagamento do imposto em razão da isenção concedida em favor de Joana.
- c) A isenção é estendida à Taxa de Coleta de Lixo.
- d) Maria permanece obrigada a pagar integralmente o imposto, já que a isenção retira Joana do polo passivo da obrigação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

O Município Beta recebeu diversas denúncias de cidadãos acerca de irregularidades na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licenças no âmbito municipal. Diante disso, o Prefeito Municipal enviou consulta ao seu corpo jurídico para saber que providências deveria tomar. Foi informado ao gestor corretamente que:

- a) a autoridade administrativa deverá celebrar compromisso com os interessados, após oitiva do órgão jurídico e obrigatória realização de consulta pública.
- b) autoridade administrativa poderá celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
- c) a autoridade administrativa poderá celebrar compromisso com os interessados, o qual buscará solução administrativa razoável, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais.
- d) a autoridade administrativa poderá celebrar compromisso com os interessados, o qual poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral.

Questão 28

O jornal Diário de notícias solicitou ao Governo do Estado Alfa que fornecesse informações relacionadas a mortes registradas pela polícia em boletins de ocorrência. Contudo, o governo estadual negou o pedido sob o fundamento de que, apesar de terem natureza pública, esses dados deveriam ser divulgados com cautela e não seriam indispensáveis para o trabalho jornalístico. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação.
- b) Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, ainda que o requerente declare não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.
- c) Não sendo possível conceder o acesso imediato à informação requerida, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 10 (dez) dias comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.
- d) Não cabe à administração ou ao Judiciário apreciar as razões ou usos que se pretende dar à informação de natureza pública, a qual deve estar disponível ao público, independentemente de justificativas ou considerações quanto aos interesses a que se destina o uso.

Questão 29

Determinada empresa de telefonia e internet, pretendendo iniciar suas atividades econômicas no Estado Alfa, formalizou convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, em que foi fixada a possibilidade do poder público transferir à sociedade empresária os dados sobre os pretensos usuários dos serviços no território estadual, acessíveis publicamente. Rogério, residente no Estado Alfa, tomou conhecimento da situação e, visando proteger seus dados, procurou um advogado, que lhe informou corretamente que:

- a) A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá sempre de consentimento do titular.
- b) É vedado ao Poder Público, em qualquer caso, transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso.
- c) O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais.
- d) Quando houver infração a Lei Geral de Proteção de Dados, em decorrência do tratamento de dados pessoais por órgãos públicos, a autoridade nacional poderá aplicar imediatamente sanções ao responsável pela violação.

Questão 30

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa editou a Lei Estadual nº 15.000/2021, que alterou as normas que regulavam o processo administrativo no âmbito da Administração Pública estadual. O art. 10, I, da referida Lei passou a prever que o prazo decadencial para a anulação dos atos administrativos no Estado seria de 10 anos. Diante dessa situação, o Governador do Estado realizou consulta à sua assessoria jurídica, a qual informou corretamente que:

- a) É inconstitucional lei estadual que estabeleça prazo decadencial de 10 (dez) anos para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública estadual, por violação ao princípio da isonomia.
- b) A Administração, à luz do princípio da autotutela, tem o poder de rever e anular seus próprios atos, quando detectada a sua ilegalidade, de modo que, quando os referidos atos implicam invasão da esfera jurídica dos interesses individuais de seus administrados, é prescindível a instauração de prévio processo administrativo.
- c) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, independentemente dos direitos adquiridos.
- d) A Lei que regula o processo administrativo federal, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, deve ser aplicada de forma integral, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria.

Questão 31

Mário, servidor público federal foi denunciado pela prática de crime de corrupção passiva consistente em solicitar, no exercício da função, vantagem indevida para prática de determinado ato administrativo. A denúncia foi recebida e foi instaurado também processo administrativo para apurar o fato. Contudo, ao final do processo judicial ficou comprovado que a conduta não foi praticada por Mário, mas sim por outro servidor, e ele foi declarado inocente. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) como foi absolvido no processo penal, deve ser condenado no processo administrativo.
- b) como foi absolvido no processo penal, deve ser condenado a ressarcir pelos danos causados.
- c) caso fosse condenado a ressarcir os danos causados, deveria ser absolvido no processo administrativo.
- d) como foi absolvido no processo penal, deve ser absolvido no processo administrativo.

Questão 32

Criada pela Lei nº 9.782/99, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que tem sede e foro no Distrito Federal, tem como objetivo promover a proteção da saúde da população, sendo ela a responsável por exercer a vigilância sanitária de medicamentos e anuir com a importação e exportação dos produtos. Nesse contexto, determinado laboratório internacional que produz vacinas contra a Covid-19 desejava saber sobre natureza jurídica, as características da agência e como funcionava seu processo decisório, e procurou um advogado brasileiro, que informou corretamente que:

- a) A Anvisa é uma agência reguladora de natureza especial, caracterizada pela existência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.
- b) A autonomia administrativa da agência reguladora é caracterizada pela competência de celebrar contratos administrativos e prorrogar contratos em vigor relativos a atividades de custeio, a depender do valor.
- c) O processo de decisão da agência reguladora referente a regulação terá caráter colegiado, deliberando por maioria absoluta dos votos de seus membros, entre eles o diretor-presidente, o diretor-geral ou o presidente, conforme definido no regimento interno.
- d) Serão sigilosos, previamente à tomada de decisão pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada, as minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

Deputado Federal Romarinho Caçador pretende apresentar projeto de lei disciplinando a caça do Javali. Para isso, fez uma consulta à assessoria parlamentar da Casa para obter parecer acerca da constitucionalidade do projeto.

Considerando as competências ambientais na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- b) A competência para legislar sobre caça é privativa da União.
- c) A competência para legislar sobre caça é exclusiva da União.
- d) A competência para legislar sobre fauna é concorrente, mas especificamente sobre caça é privativa da União.

Questão 34

O Advogado Paulo Periquito é muito conhecido por participar ativamente na defesa de causas ambientais. Em uma entrevista para um programa de rádio, foi lhe perguntado quais seriam as obrigações do Poder Público com relação à proteção ambiental.

De acordo com o disposto na Constituição Federal, marque a única obrigação prevista:

- a) Incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de decreto, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- b) Incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de qualquer obra ou atividade, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- c) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- d) Incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Marta, idosa, se confundiu e jogou no lixo um envelope com 10 mil reais. Desesperada, procurou Paulo e André, que trabalham como garis e pediu para que eles procurassem o envelope. Após revirarem três toneladas de lixo, os garis finalmente encontraram o envelope com o dinheiro. Paulo e André devolveram o envelope para Marta com o valor integral. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Não há que se falar em qualquer indenização a Paulo e André, uma vez que, agir com honestidade é dever de todos e quem encontra coisa alheia, necessariamente deve restituir ao dono.
- b) Paulo e André não têm direito à indenização, pois somente é devida quando ocorre algum ilícito.
- c) Marta deverá indenizar Paulo e André, no mínimo em cinco por cento do valor encontrado ou renunciar ao valor.
- d) Marta deverá indenizar Paulo e André, no mínimo em cinquenta por cento do valor encontrado.

Questão 36

Neilton Veiga, em uma conversa com um amigo, disse que iria tirar o nome de sua ex-esposa, Cybelle, do testamento. Contudo, antes de mudar o testamento, Neilton Veiga faleceu. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Cybelle herdará o que estiver descrito no testamento, pois Neilton Veiga não realizou a mudança antes de falecer.
- b) Cybelle não herdará, já que o testamento é ato de vontade e Neilton Veiga já havia se manifestado no sentido de não mais querer a ex-esposa como herdeira.
- c) Cybelle herdará somente se não houver outros herdeiros necessários.
- d) O testamento é inválido, pois a lei não permite que ex-esposa seja colocada como herdeira em testamento.

Questão 37

Alessandro emprestou o carro, de forma gratuita, para seu amigo, Celso, que ficou de devolvê-lo em três dias. Contudo, após uma festa, Celso acabou se embriagando e mesmo diante de reiterados pedidos de colegas, saiu com o veículo de Alessandro. Ele resolveu, durante a madrugada, parar o veículo na praia para ver o nascer do sol com sua namorada, mas não notou que estacionou o carro muito próximo ao mar. Por conta da subida da maré, o carro de Alessandro ficou submerso na praia. Assinale a alternativa correta sobre o caso.

- a) Celso não será obrigado a indenizar Alessandro, pois este último emprestou de forma gratuita e não poderá cobrar indenização do comodatário.
- b) Celso indenizará Alessandro em metade do valor do carro, já que o empréstimo foi gratuito.
- c) No caso não se aplicam as disposições do contrato de comodato, pois este deve ser necessariamente escrito.
- d) Celso deverá indenizar Alessandro no valor do carro mais perdas e danos, já que a destruição do veículo ocorreu por sua culpa.

Questão 38

Pedro, aos oito anos de idade, sofreu um acidente que o deixou sem o movimento das pernas. Seus pais são divorciados e Pedro mora com a sua mãe, Dalva. João, pai de Pedro, deve pagar todo mês, a título de alimentos, três salários-mínimos ao filho. Contudo, quando Pedro completou dezesseis anos, João deixou de arcar com os alimentos, sem nenhuma explicação para tanto. Ao completar dezenove anos, Pedro decidiu manejar uma ação de execução contra o pai, requerendo o valor dos alimentos que não haviam sido pagos. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Pedro não terá direito ao valor dos alimentos em atraso, pois sua pretensão prescreveu em dois anos, ou seja, quando completou dezoito anos, já que, a prescrição não corre apenas contra os absolutamente incapazes.
- b) Pedro terá direito aos valores dos alimentos em atraso, pois não houve prescrição, já que ele é pessoa com deficiência, portanto, absolutamente incapaz, e contra ele não corre a prescrição.
- c) Pedro terá direito aos alimentos em atraso, pois a prescrição começou correr contra ele quando completou dezoito anos e o prazo para requerer prestações alimentares em atraso é de dois anos.
- d) Pedro terá direito aos valores de alimentos até a data em que completou dezoito anos, pois estes se encerram automaticamente com a maioridade.

Questão 39

Vilma, renomada neurocientista, decidiu fazer um documento autorizando a disposição do seu corpo, para depois da morte, à Universidade do Estado para estudo dos alunos da faculdade de medicina. Acrescentou, ainda, no documento que cada órgão seu valeria cinquenta mil reais e o valor deveria ser pago ao seu filho, pois este necessitava realizar um tratamento que tinha um custo muito elevado, para continuar vivendo. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Vilma poderá dispor do seu corpo para depois da morte, de forma gratuita ou onerosa.
- b) Vilma não poderá cobrar um valor por órgão, mas somente pelo corpo inteiro, já que, o corpo não pode ser doado em parte.
- c) Vilma não poderá dispor do corpo de forma onerosa, pois somente é permitida a disposição gratuita do próprio corpo, com objetivo científico ou altruístico.
- d) Em regra, a disposição do próprio corpo, para depois da morte, deve ser gratuita. Contudo, como o valor pedido por Vilma é para o tratamento de seu filho, que corre risco de vida, é possível a disposição onerosa, caracterizando, assim, o fim altruístico.

Questão 40

Bernardo faleceu deixando vultuoso patrimônio. Bernardo tinha dois filhos, Vitor, maior e capaz, filho de sua esposa, Marina, e André, maior e capaz, filho de Joana, amante pública e notória que Bernardo teve há alguns anos. Vitor decidiu renunciar a herança de seu pai, acreditando que os bens iriam todos para a sua mãe, já que André era filho de um relacionamento extraconjugal e achava que ele não teria direito a receber nada. Após realizar a renúncia, Vitor soube que André também teria direito sobre a herança. Neste caso, é correto afirmar que

- a) Vitor poderá revogar a renúncia da herança, já que apenas a aceitação da herança é irrevogável.
- b) Vitor não poderá revogar a renúncia, pois tanto a renúncia quanto a aceitação da herança são irrevogáveis.
- c) Vitor poderá contestar o recebimento da herança por André, já que filhos havidos fora do casamento não possuem direitos hereditários.
- d) Vitor poderá revogar a renúncia da herança, uma vez que fez apenas porque acreditava que seu meio irmão não seria herdeiro.

Questão 41

Genival comprou um produto da pessoa jurídica Carecas SA que prometia fazer crescer cabelos na cabeça em até três meses. Passados os três meses, Genival não viu o resultado esperado, nascendo apenas alguns poucos fios de cabelo, e começou a enviar uma série de improperios à pessoa jurídica Carecas SA nas redes sociais. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) A Carecas SA não poderá requerer reparação pelas ofensas sofridas, já que, a proteção aos direitos de personalidade não se aplica às pessoas jurídicas.
- b) A Carecas SA poderá requerer reparação pelos danos sofridos, inclusive morais.
- c) A Carecas SA não poderá requerer reparação pelos danos sofridos, já que não cumpriu o que prometia no produto e Genival apenas exerceu seu direito de reclamar.
- d) A Carecas SA poderá requerer apenas reparação pelos danos materiais, já que pessoa jurídica não pode requerer danos morais.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Natália, adolescente de 17 anos, engravidou do namorado Abraão. Por serem muito jovens, acreditam que a melhor medida a ser adotada é a entrega da criança para adoção. Desse modo, seguindo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, temos que:

- a) A autoridade judiciária poderá determinar que Natália seja encaminhada para atendimento especializado, ainda que a adolescente discorde da medida.
- b) Natália não terá direito ao sigilo sobre o nascimento, tendo em vista que este é um direito personalíssimo de seu filho.
- c) Após o nascimento do bebê, a vontade de Natália e Abraão deve ser manifestada em audiência, sendo garantido o sigilo sobre a entrega da criança.
- d) Caso não compareça nenhum membro da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda do recém-nascido, a autoridade judiciária decretará a extinção do poder familiar de Natália e o bebê será colocado sob a tutela de quem esteja habilitado a adotá-la.

Questão 43

Os pais de Pedrinho estavam bastante preocupados com a ausência de recursos materiais para prover a casa e sustentar o filho. Diante da situação, começaram a praticar pequenos furtos que, com o passar do tempo, tornaram-se roubos maiores, ao ponto destes se tornarem a principal ocupação do casal. Certo dia, foram pegos em flagrante quando roubavam um posto de gasolina e, após todo o trâmite processual, foram privados de liberdade.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) A falta de recursos materiais não constitui motivo suficiente para que o casal perdesse o poder familiar.
- b) A total ausência de recursos materiais autoriza que a autoridade competente decrete a perda ou a suspensão familiar do casal.
- c) A condenação criminal dos pais de Pedrinho e a gravidade dos crimes cometidos implica a destituição do poder familiar do casal.
- d) O poder familiar do casal poderia ter sido suspenso pela autoridade policial quando foram pegos em flagrante, cabendo à autoridade judiciária decidir quanto à perda do poder familiar.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Lúcia estava assistindo à sua novela quando viu no intervalo a publicidade de determinado fabricante de automóveis afirmando que, na compra de certo modelo, o comprador ganharia uma viagem para Fernando de Noronha, com acompanhante, incluindo passagem aérea, estadia em Hotel quatro estrelas e traslado. Motivada pela propaganda, ela foi até a concessionária e, após negociar o preço e as condições de pagamento, adquiriu o veículo referido na promoção, sem contudo, nada acordar a respeito da viagem. Alguns dias depois, Lúcia ligou para a concessionária para agendar a viagem, sendo informada de que não teria direito ao benefício, uma vez que nada foi pactuado a esse respeito no momento da compra do carro. Diante dessa situação, ela procurou você, na qualidade de advogado, que a informou corretamente que:

- a) Lúcia não tem direito à viagem, pois não houve inclusão expressa da mesma no momento do contrato, devendo prevalecer o princípio da obrigatoriedade dos contratos.
- b) Lúcia tem direito à viagem, já que a publicidade obriga o fornecedor e integra o contrato, independentemente de ter constado dos seus termos.
- c) Lúcia não tem direito à viagem, uma vez que tal conduta da fabricante representa venda casada, proibida pelo Código de Defesa do Consumidor.
- d) Lúcia tem direito à viagem, desde que faça incluir no contrato os termos de uso da promoção, funcionando a fabricante como agente de turismo.

Questão 45

Após diversas representações feitas por consumidores, o Ministério Público do Estado Alfa ajuizou ação civil pública contra determinada empresa de comércio varejista afirmando que o contrato de adesão que ela celebra com os consumidores seria abusivo por não conter uma cláusula penal prevendo multa para a empresa em caso de atraso na entrega dos produtos. Na ação, o órgão ministerial pediu que a empresa fosse condenada a incluir em seu contrato um prazo para cumprimento de entrega do produto e a previsão de multa moratória de 2% sobre o valor da venda para a hipótese de atraso. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) É indevida a intervenção estatal para fazer constar cláusula penal genérica contra o fornecedor de produto em contrato padrão de consumo.
- b) O poder público pode intervir para fazer constar cláusula penal genérica contra o fornecedor de produto em contrato padrão de consumo, uma vez que o rol de cláusulas abusivas previsto no Código consumerista é exemplificativo.
- c) Não é tarefa do consumidor requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.
- d) Nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, o Ministério Público deverá atuar sempre como fiscal da lei.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Igor, Ricardo e Priscila pretendem exercer, conjuntamente, atividade econômica voltada para prestação de serviços de barbearia, por meio da qual buscarão distribuir lucros para o sustento de suas famílias.

Para tanto, pretendem constituir uma pessoa jurídica, sendo-lhes adequado o tipo:

- a) fundação;
- b) associação;
- c) sociedade;
- d) organização religiosa;

Questão 47

Segundo o Código Civil,

- a) o contrato social da sociedade em conta de participação produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
- b) o empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- c) é facultada a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- d) na sociedade em comum, todos os sócios respondem subsidiariamente e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, aquele que contratou pela sociedade.

Questão 48

A Companhia Y, com sede em Ouro, tem grande estrutura operacional, centenas de empregados e faturamento anual superior a dois bilhões de reais. O estatuto dessa companhia está prestes a ser reformado para incluir a possibilidade de participação no Conselho de Administração de 1 (um) representante dos empregados.

Acerca da inserção dessa cláusula no estatuto, é correto afirmar que:

- a) não é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, uma vez que, para o Conselho de Administração, só podem ser eleitos acionistas pessoas naturais;
- b) é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela companhia, em conjunto com as entidades sindicais que os representem;
- c) é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto dos acionistas, em eleição conjunta com os empregados, e organizada pelas entidades sindicais destes;
- d) não é possível o estatuto prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, haja vista que os membros do Conselho de Administração são indicados pelo acionista controlador;

Questão 49

As assembleias de sócios de três sociedades limitadas aprovaram a extinção delas, sem dissolução e com versão patrimonial em uma quarta sociedade, do tipo anônima, constituída em 1990. O objetivo da operação é formar uma concentração horizontal, já que as sociedades são concorrentes entre si no mesmo mercado.

Se a operação societária for implementada, é correto afirmar, em relação aos débitos trabalhistas, que:

- a) a sociedade anônima responderá pelo pagamento solidariamente com as sociedades limitadas cindidas totalmente, porém de modo subsidiário;
- b) as sociedades limitadas não responderão pelo pagamento se o protocolo da operação aprovado pelas assembleias de sócios dispuser em contrário;
- c) a sociedade incorporadora sucederá em todos os direitos e obrigações das sociedades limitadas incorporadas;
- d) o ato de cisão parcial poderá estipular que a companhia seja responsável apenas pelas obrigações que lhes forem transferidas, sem solidariedade com as sociedades limitadas;

Questão 50

Sobre Títulos de Crédito no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A transferência do título de crédito implica a transferência de todos os direitos que lhe são inerentes.
- b) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval parcial.
- c) Pagando o título, tem o avalista ação de regresso contra o seu avalizado e demais coobrigados posteriores.
- d) Não subsiste a responsabilidade do avalista quando nula a obrigação daquele a quem se equipara, a menos que a nulidade decorra de vício de forma.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Francisco é caseiro na fazenda de Luís. Certo dia, foi surpreendido ao ser citado como réu em uma ação de demarcação de terras. Nesse caso, qual medida deve ser tomada pelo advogado de Francisco?

- a) Deve-se promover o chamamento ao processo de Luís.
- b) Cabe ao advogado requerer a denunciação da lide para que Luís ingresse no polo passivo como litisconsorte de Francisco.
- c) Em preliminar de contestação, o advogado deverá alegar a ilegitimidade de Francisco e indicar Luís como sujeito passivo da relação jurídica discutida.
- d) Luís deve ocupar o polo passivo da demanda como assistente litisconsorcial de Francisco.

Questão 52

Um casal está tendo grandes crises no casamento e, sempre que bebe, o marido acaba por agredir a esposa. Depois de um longo período nessa situação, a mulher muda de cidade e voltar a morar na casa dos pais. Passado algum tempo, decide pelo divórcio. Nesse caso, qual será o foro competente para conhecer e julgar a causa?

- a) O foro do local em que o casal contraiu matrimônio.
- b) O foro de domicílio da vítima de violência doméstica.
- c) O foro de domicílio do réu.
- d) O foro da comarca que conte com uma vara especializada em violência doméstica.

Questão 53

David é um influenciador digital bastante conhecido em sua região e, para melhor administrar vida pessoal e profissional, contratou os serviços de Marina. O contrato previa que eventual lide entre as partes deveria ser ajuizada no foro do domicílio de Marina. Passados alguns meses, David percebeu que o empenho de Marina já não era o mesmo e, já que esta não aceitou a resolução amigável do contrato, David ajuizou ação pleiteando a rescisão indenização por danos morais, visto que perdera patrocinadores. O autor ajuizou a ação em sua cidade pois recusava-se a ter novos gastos.

Com base na situação apresentada, pode-se afirmar:

- a) Marina poderá alegar a incompetência absoluta do juízo a qualquer tempo e grau de jurisdição por tratar-se de matéria de ordem pública.
- b) Caso Marina não alegue a incompetência do juízo, caberá ao magistrado declarar-se incompetente e remeter os autos ao juízo competente.
- c) A incompetência relativa deverá ser alegada como questão preliminar de contestação e, caso não Marina não o faça, a competência será prorrogada.
- d) Sendo declarada a incompetência do juízo, todos os atos processuais praticados serão invalidados e o processo retornará à citação da ré.

Questão 54

Uma pequena construtora está sendo processada por um grupo de proprietários que, poucos meses após a compra de suas casas, constataram erros de construção que comprometem a estrutura dos imóveis. Na fase de conhecimento, requereu o benefício da gratuidade da justiça alegando a insuficiência de recursos para arcar com as custas e despesas processuais, pedido negado pelo magistrado sob o argumento de que este é voltado apenas para pessoas físicas. Sobre a atitude do juiz, assinale a alternativa correta:

- a) Agiu corretamente, cabendo à construtora arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios.
- b) Agiu incorretamente, visto que o benefício pode ser concedido a pessoas naturais ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras.
- c) Agiu incorretamente, devendo ser afastada a responsabilidade da empresa pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- d) Equivocou-se na decisão, sendo certo que o benefício da gratuidade tem o condão, inclusive, de afastar o dever de a construtora pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

Questão 55

Durante o período de férias forenses, você foi procurado por uma mãe interessada em mover uma ação de alimentos em benefício dos filhos menores. Com base na situação narrada, é correto afirmar que:

- a) A ação poderá ser processada e julgada normalmente, não restante prejudicada em razão das férias forenses.
- b) O magistrado deverá aguardar o término das férias forenses para processar e julgar a causa.
- c) Poderá ser concedida a tutela de urgência, sem a oitiva da parte adversa, mas a citação deverá ser realizada apenas quando finalizado o período de férias.
- d) A ação poderá ser processada e julgada, mas os atos relativos à penhora só poderão ser realizados quando as férias forenses terminarem.

Questão 56

Gilson é morador do condomínio "*Bon Vivant Residence*" e, embora ostente carros de luxo e viagens para o exterior, está inadimplente com as contribuições ordinárias mensais do prédio. O síndico e a administradora já tentaram a negociação extrajudicial de forma amigável, mas perceberam que Gilson se esquivava e, por isso, decidiram cobrar a quantia judicialmente. Nesse caso:

- a) O síndico e a administradora deverão, obrigatoriamente, optar pelo processo de conhecimento para que possam constituir um título executivo judicial e, assim, cobrar os valores devidos por Gilson.
- b) Se a petição inicial estiver incompleta ou desacompanhada dos documentos indispensáveis, o juiz julgará o processo extinto sem resolução do mérito.
- c) O despacho que ordena a citação interromperá a prescrição, ainda que proferido por juízo incompetente e retroagirá à data de propositura da ação.
- d) Ao despachar a petição inicial da execução, o magistrado fixará os honorários advocatícios em até 10% (dez por cento) e o pagamento integral deverá ser realizado em até 10 (dez) dias.

Questão 57

Maria não queria perder o prazo recursal e protocolou sua apelação sem efetuar o recolhimento do preparo. Nesse caso, qual será a consequência processual para Maria?

- a) o recurso será inadmitido de imediato.
- b) Maria será intimada, na pessoa de seu advogado, para recolher o valor em dobro, sob pena de deserção.
- c) Maria será intimada, na pessoa de seu advogado, para recolher o valor devido, acrescido de juros e multa, sob pena de deserção.
- d) o recurso será admitido sem qualquer consequência para Maria, visto que o preparo deve ser recolhido apenas ao final do julgamento.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Antônio, resolve matar seu desafeto Bernardo, para isso ministra veneno na sua bebida quando este vai ao banheiro. Após a ingestão do veneno por seu desafeto, tomado por um sentimento de remorso e tristeza, arrependido posteriormente a ver os efeitos do veneno começarem a surgir na vítima, lhe entrega o antídoto e está sobrevive sem qualquer lesão. De acordo com o caso concreto narrado e a respeito das características dos institutos defensivos do *iter criminis* assinale a opção correta.

- a) Houve arrependimento posterior, causa geradora de atipicidade absoluta da conduta, de forma que o autor não responderá pela tentativa, mas somente pelos atos concretamente praticados.
- b) Crimes formais comportam arrependimento eficaz, como ocorreu no caso do homicídio narrado na questão, uma vez que, encerrada a execução, o resultado naturalístico pode ser evitado.
- c) A desistência voluntária, e o arrependimento eficaz ocorrido no caso concreto apresentado, espécies de tentativa “abandonada”, passam por três fases: o início da execução, a não consumação e a interferência da vontade do próprio agente
- d) Conforme ocorreu no caso apresentado, o agente que voluntariamente desiste de prosseguir na execução, ou impede que o resultado se produza, responderá pelo crime inicialmente pretendido, porém, com uma causa de redução de pena de um a dois terços.

Questão 59

Regina, após descobrir pelos médicos do hospital público que o quadro de seu pai, que estava internado vítima de COVID-19, era irreversível, resolve matá-lo, realizando assim uma eutanásia, devido ao fato de não ter mais dúvidas de seu estado terminal. Neste caso, você, chamado(a) para atuar como advogado(a) da autora do fato, pode afirmar que a conduta realizada por Regina constitui hipótese de:

- a) causa de exclusão da culpabilidade do fato por inexigibilidade de conduta diversa.
- b) crime de homicídio doloso cometido podendo ser aplicado o perdão judicial.
- c) crime de homicídio doloso privilegiado, com sua referente diminuição de pena.
- d) homicídio doloso praticado através de causa supra legal de exclusão da ilicitude do fato.

Questão 60

Jeferson, desejoso de tirar a vida de seu irmão, dispara arma de fogo a noite contra ele na chegada em sua casa, porem acaba causando a morte de seu tio por confundi-lo com seu irmão, já que estava escuro e eles possuíam as mesmas características físicas. Com base na como a situação acima, é correto afirmar que Jeferson incorre em:

- a) erro de tipo escusável – invencível – devendo responder pelo crime de homicídio sem a incidência da agravante relativa ao crime praticado contra ascendente, pois haja a vítima não era a seu irmão.
- b) erro de proibição devendo responder pelo crime de homicídio qualificado pelo fato de ter pretendido atingir ascendente de acordo com o seu dolo, independente da identidade da vítima.
- c) erro de tipo permissivo inescusável, ou vencível, e não deverá responder pelo crime de homicídio qualificado, uma vez que a pessoa atingida não era a vítima por ele pretendida.
- d) erro accidental, na modalidade error in persona, devendo responder pelo crime de homicídio com a incidência da agravante relativa ao crime praticado contra ascendente mesmo a vítima não tendo sido, de fato, a seu irmão.

Questão 61

Claudio, condenado anteriormente por um crime de roubo simples, com sentença transitada em julgado, realizou, 1 ano depois desta condenação anterior, um crime de furto simples pelo qual foi condenado a uma pena de 3 anos de reclusão. Com relação aos critérios para conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos adotados pelo CP, assinale a alternativa correta.

- a) A conversão não poderá ocorrer pois o réu é reincidente em crime doloso.
- b) Claudio fará jus à conversão já que a pena privativa de liberdade máxima abstratamente cominada para o furto não é superior a 4 (quatro) anos.
- c) Poderá haver a substituição da pena, mas caso de descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos, esta será convertida em privativa de liberdade, reiniciando-se o cumprimento da integralidade da pena fixada para este crime, na sentença condenatória definitiva.
- d) Como a pena concretamente aplicada foi superior a um ano, a pena privativa de liberdade poderá ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa, ou ainda por duas restritivas de direitos, mesmo Claudio sendo reincidente em crime doloso.

Questão 62

Paulo decide matar sua mãe e, após conversar com seu amigo Francisco este se oferece para dar uma carona ao agente até o local em que o planejado crime acaba acontecendo. De acordo com os fatos narrados, e com bases nas regras do concurso de pessoas, adotadas no Código Penal, é correto afirmar que Francisco pode ser considerado:

- a) coautor do delito, respondendo pelo crime de homicídio com a pena aumentada por ter sido praticado contra ascendente.
- b) partícipe do delito, respondendo pelo crime de homicídio sem a incidência da agravante da vítima ser ascendente do autor.
- c) partícipe do delito, respondendo pelo crime de homicídio agravado por haver sido praticado contra ascendente do autor.
- d) coautor do delito, respondendo pelo crime de homicídio sem a incidência da agravante da vítima ser ascendente do seu coautor.

Questão 63

A conduta de um “serial Killer” que mata 5 pessoas em um mesmo bairro, utilizando-se da mesma arma e sempre durante as sextas feiras de madrugada caracteriza crime continuado, previsto no Art. 71 do CP. De acordo com a jurisprudência pacificada nos nossos tribunais superiores a respeito do tema:

- a) é admissível no crime continuado, que entre as condutas decorra prazo de tempo superior a 30 dias, desde que satisfeitos todos os demais requisitos legais.
- b) Não se considera no crime continuado o número de infrações cometidas, mas tão somente sua gravidade, para fins de cálculo do quanto de acréscimo à pena aplicável.
- c) Admite-se para certos casos modalidade específica do crime continuado, ocasião em que a pena do crime mais grave poderá ser aumentada até o triplo.
- d) é inadmissível o reconhecimento de crime continuado nos crimes dolosos contra a vida, como por exemplo no homicídio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Aponte a alternativa que não traz uma regra processual penal expressa na Constituição da República Federativa do Brasil:

- a) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- b) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- c) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- d) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados o duplo grau de jurisdição e a duração razoável do processo.

Questão 65

Apolônio foi preso em flagrante pela polícia militar portando arma de fogo de uso restrito das forças armadas: (art. 16 do Estatuto do Desarmamento com pena máxima em abstrato de 6 anos de reclusão) em plena luz do dia. O delegado de polícia e o juiz negaram ao preso o direito de recolher fiança sob a alegação da hediondez do delito. A respeito da negativa de fiança para essa situação concreta, responda:

- a) Agiu corretamente a autoridade policial, pois o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é hediondo e, portanto, inafiançável.
- b) Errou a autoridade policial, pois o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito não é hediondo e, portanto, ele poderia ter arbitrado fiança para o preso em flagrante.
- c) Errou o juiz, pois o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito não é hediondo e, portanto, ele poderia ter arbitrado fiança.
- d) Agiu corretamente a autoridade policial, pois o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é hediondo e, portanto, inafiançável por expressa disposição constitucional e legal.

Questão 66

Aponte a alternativa que não contém regra relacionada à interceptação de comunicações telefônicas:

- a) Não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal.
- b) Houver elementos probatórios razoáveis em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos ou em infrações penais conexas.
- c) A prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- d) O fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

Questão 67

Pedro Henrique foi flagrado pela Polícia Militar realizando apostas no tradicional jogo do bicho, considerada uma contravenção penal em nosso País. Por estar mal redigida, o juiz de direito rejeitou a denúncia do Ministério Público. Essa decisão poderá ser atacada por meio de:

- a) Apelação, no prazo de 10 dias.
- b) Recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
- c) Apelação, no prazo de 5 dias.
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 2 dias.

Questão 68

Betânia adquiriu um imóvel de 2 milhões de reais em um condomínio fechado com o dinheiro obtido trabalhando para o tráfico de drogas por três anos. Ao descobrir que estava sendo investigada pela polícia, decide vender a sua casa por 500 mil reais à vista, para poder fugir do País com o dinheiro. Após a venda ser concretizada e o imóvel transferido a terceiro, Betânia é presa preventivamente tentando fugir do Brasil. A respeito desse bem imóvel, responda:

- a) Ele poderá ser objeto de arresto, já que adquirido com o proveito do tráfico de drogas.
- b) Não há medida assecuratória prevista em lei para esse caso concreto, pois já houve a transferência à terceiro de boa-fé.
- c) Ele poderá ser objeto de sequestro já que adquirido com o proveito do tráfico de drogas, mesmo já tendo sido transferido a terceiros.
- d) Ele só poderá ser objeto de arresto, pois já foi transferido a terceiro.

Questão 69

Alquingel Barreto, cidadão de notório saber jurídico, entrou em confronto com seu vizinho após ter sido ridicularizado por seu nome ser parecido com álcool em gel e foi preso em flagrante, ainda agredindo seu vizinho. No dia seguinte, na audiência de custódia, o magistrado fixou 4 medidas cautelares para o preso. Nas alternativas abaixo existem medidas cautelares diversas da prisão, salvo na medida de:

- a) proibição de ausentar-se do País com a entrega do passaporte em 24 horas.
- b) prisão domiciliar.
- c) monitoração eletrônica.
- d) fiança.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

O Shopping “Beira Mar”, de propriedade de Dr. Vando e Dra. Priscilinha, emprega o Sr. Daniel, sob a égide do regime celetista, para exercer a função de segurança noturno de segunda a sexta-feira e em jornada especial de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, conforme acordo individual pactuado entre as partes.

Nos termos das Súmulas vigentes do Tribunal Superior do Trabalho, em sede de Reclamação Trabalhista proposta por Daniel, a prova de regularidade do depósito do FGTS é atribuída, como regra, a:

- a) Dr. Vando, pessoa física, na condição de administrador.
- b) Sr. Daniel, pessoa física, na condição de empregado.
- c) Dra. Priscilinha, pessoa física, na condição de sócia da empresa.
- d) Shopping “Beira Mar”, pessoa jurídica, na condição de empregador.

Questão 71

A empresa “Nosso Lar” trabalha com a venda de artigos domésticos e contratou como vendedora a Sra. Sandreane, muito experiente no setor de vendas.

No ato da contratação, as partes pactuaram, por acordo individual, a utilização do registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho.

Após seis meses de labor, a empregada pediu demissão e ingressou com Reclamação Trabalhista pleiteando horas extras, sob a alegação de invalidade do cartão de ponto.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O sistema de registro de ponto por exceção, adotado pela reclamada, afigura-se inválido, porquanto impede o controle real da jornada de trabalho.
- b) As marcações feitas em sistema de exceção não atendem ao disposto nos ditames celetistas, especialmente, por ter sido pactuado por acordo individual.
- c) O sistema de registro de ponto por exceção, adotado pela reclamada, afigura-se válido, quando pactuado por acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- d) É inválido o controle do ponto por exceção, na medida em que não atende ao dever do empregador de anotação obrigatória dos horários de entrada e de saída do empregado no trabalho.

Questão 72

Ferdinando trabalha como atendente no Salão de Beleza “Batom de Cereja” Ltda., desde o ano de 2018. Contudo, no último ano de labor, Ferdinando foi surpreendido com a notícia do falecimento de seus pais, em razão de um câncer terminal que acometeu aos dois, pai e mãe.

Neste momento, Ferdinando é informado acerca da necessidade de realizar anualmente exames preventivos de câncer.

Acerca do tema, ausência ao serviço para realização de exames preventivos de câncer, assinale a alternativa correta.

- a) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho.
- b) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por até 2 (dois) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho.
- c) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho.
- d) O empregado não poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário.

Questão 73

Débora foi contratada para trabalhar em uma grande imobiliária no Estado de São Paulo, e no ato da contratação lhe foi prometida diversas utilidades, tais como: auxílio refeição; assistência médica; seguro de vida; vale cultura; e participação nos lucros e resultados.

Considerando a legislação trabalhista sobre o salário utilidade, assinale a alternativa correta:

- a) O auxílio refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
- b) A participação nos lucros e resultados, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
- c) A assistência médica, habitualmente concedida pelo empregador, não tem caráter salarial, e não constitui base de incidência de encargo trabalhista.
- d) O vale cultura, quando habitualmente fornecido pelo empregador, por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, e constitui base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

Questão 74

Nefertite, casada com Xororó, foi acometida de um aborto espontâneo na terceira semana de gestação. Em razão do referido aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, Nefertite terá direito a

- a) duas semanas de descanso, tratando-se de hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
- b) duas semanas de descanso, tratando-se de hipótese de suspensão do contrato de trabalho.
- c) três semana de descanso, tratando-se de hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
- d) uma semana de descanso, tratando-se de hipótese de suspensão do contrato de trabalho.

Questão 75

Simão, filho do Sr. Joarez, completou 16 anos de idade em junho de 2020, e intenciona ingressar no mercado de trabalho.

O Sr. Joarez, pai de Simão, trabalha como frentista no Posto de Combustíveis “Fernandez”, de forma a ter contato direto com as bombas de combustíveis. E, tendo conhecimento das pretensões de seu filho Simão, o indica para a vaga de frentista no posto, já que seu empregador está contratando novos empregados para tal função.

Por todo o exposto, é correto afirmar que Simão

- a) pode iniciar na empresa como aprendiz de seu pai na função de frentista, para, assim, adquirir experiência no abastecimento dos veículos, dentre outras peculiaridades do serviço.
- b) pode iniciar o trabalho na mesma função que seu pai, pois já completou 16 anos de idade.
- c) não pode iniciar qualquer atividade laboral, pois somente poderá fazê-lo quando completar 18 anos de idade.
- d) não pode trabalhar na empresa na mesma função que seu pai, pois a atividade de frentista, em contato direto com combustíveis, é proibida a menores de 18 anos de idade.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Em sede de ação trabalhista proposta por Maria Joaquina perante a empresa “Maria Chiquinha” Ltda., a testemunha da reclamante alterou a verdade dos fatos com o único intuito de beneficiá-la.

Acerca das regras de Responsabilidade por Dano Processual, assinale a alternativa correta.

- a) O magistrado poderá condenar, reclamante ou reclamada, à litigância de má-fé, e a consequente multa, o que não se aplica as testemunhas.
- b) Aplica-se multa, superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.
- c) Aplica-se, apenas mediante requerimento, multa à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.
- d) O magistrado poderá condenar, reclamante ou reclamada, à litigância de má-fé, e a consequente multa, o que não se aplica as testemunhas, salvo mediante requerimento expresso da parte interessada.

Questão 77

A empresa “Universal Créditos” Ltda. foi notificada em sede de uma Reclamação Trabalhista, proposta por João Paulo, para comparecer em Juízo e apresentar a sua defesa. No dia designado para a audiência, os dois sócios da empresa, Mario e Pedrinho, estavam impossibilitados de comparecer, um por motivo de doença e o outro por viagem. Assim, indicaram preposto para comparecer em audiência.

Conforme a legislação vigente, o preposto

- a) sempre deve ser empregado da empresa reclamada.
- b) não precisa ser empregado, basta ter conhecimento dos fatos, cujas declarações obrigarão o proponente.
- c) não precisa ser empregado da reclamada, caso tenha presenciado os fatos.
- d) não precisa ser empregado da reclamada apenas quando se tratar de ação movida contra sociedade de economia mista.

Questão 78

José Wilker propôs Reclamação Trabalhista perante a empresa “Plim&Plim” Ltda., em razão do labor exercido por 2 anos na função de auxiliar de cenografia. Em sede de audiência, o reclamante indica a oitiva do único empregado que com ele laborou, e que por sinal se tratava de seu amigo íntimo.

Diante das regras processuais, assinale a alternativa correta.

- a) A testemunha que for amigo íntimo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- b) A testemunha que for amigo íntimo de qualquer das partes, prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- c) A testemunha que for amigo íntimo de qualquer das partes, prestará compromisso, e será ouvida obrigatoriamente pelo magistrado, ainda que como ouvinte.
- d) A testemunha indicada que for amigo íntimo de qualquer das partes não poderá ser ouvida na condição de testemunha e tampouco como informante pelo magistrado.

Questão 79

O Município de São Paulo foi demandado na Justiça do Trabalho, por meio de uma Reclamação Trabalhista ajuizada por Roberto Carlos, empregado da empresa interposta, o qual aduz o inadimplemento de suas verbas pelo empregador principal, a empresa “Limpeza Total” LTDA., e a responsabilidade subsidiária do Município. Devidamente notificados para a audiência UNA, compareceu a empresa “Limpeza Total” LTDA., mas o Município não se fez presente.

Nesse caso, considerando a Consolidação das Leis do Trabalho e o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) o magistrado deverá remarcar a audiência, em razão do princípio do interesse público.
- b) deve ser aplicada à revelia, em razão da ausência do Município.
- c) não deve ser aplicada à revelia, em razão da presunção de legitimidade dos atos da Administração Pública.
- d) deve ser aplicada à revelia, desde que haja requerimento expresso na petição inicial do autor.

Questão 80

João Paulo ajuizou Reclamação Trabalhista perante a Vara do Trabalho de Catanduva (vinculada ao TRT-15ª Região), e a reclamada, XPTO Investimentos, arguiu oportunamente a incompetência territorial, sob o fundamento de que o reclamante trabalhava no Município de São Paulo.

Considerando que, após devidamente instruída, a exceção de incompetência foi acolhida pelo magistrado do trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) O reclamante poderá interpor, desde logo, agravo de instrumento.
- b) O reclamante poderá interpor, desde logo, recurso ordinário.
- c) O reclamante poderá interpor, desde logo, agravo de petição.
- d) O reclamante poderá impetrar mandado de segurança.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia
OAB